

Orçamento unificado, 'fim do primitivismo'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ontem que a implantação do orçamento unificado no Brasil coloca o País em condições de igualdade aos principais países do mundo, libertando-o do "primitivismo que caracterizou as finanças públicas nacionais nos últimos cem anos", e criando as bases para a existência de um Banco Central independente.

Maílson falou durante a posse dos três novos diretores do BC, Juarez Soares, na diretoria de Dívida Pública e Mercado Aberto, Keyler Carvalho Rocha, na de Mercado de Capitais, e Luís Alvaro de Oliveira Ribeiro, na de Administração.

Segundo o ministro da Fazenda, o governo agora se submete aos ditames do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, a única autoridade com legitimidade para definir prioridades internas para os gastos públicos. "O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional e o ministro da Fazenda", disse Maílson da Nóbrega, "perderam a capacidade de gerar despesas públicas em quatro paredes, e isto é bom e interessa ao País. Haverá um período de aprendizado e de transição para cada parte, cada setor, que terá de entender que o ministro da Fazenda não pode mais resolver por telefone um problema financeiro. Toda despesa tem de ser autorizada pelo Congresso Nacional", afirmou o ministro.

O orçamento unificado dá oportunidade, ainda segundo o ministro da Fazenda, a que se consolide o Banco Central como uma instituição independente, deixando livre a instituição das funções de fomento, da responsabilidade de financiar os gastos do Tesouro e do problema de não poder diferenciar sua atuação de controle da liquidez com o financiamento dos gastos públicos. O Banco Central, disse Maílson, terá uma responsabilidade crucial na criação de uma ambiente para os investimentos, o controle inflacionário e o financiamento do desenvolvimento econômico do País.

O novo diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do BC, Juarez Soares, que volta ao banco depois de 17 anos na iniciativa privada, disse que fará todo o possível para que o mercado de títulos públicos seja fortalecido e que opere em harmonia com o mercado de títulos privados, com um mínimo de regras, mas com responsabilidade, competência e liberdade. Acrescentou que seu objetivo principal será a estabilidade das regras, para o funcionamento de um sistema que agora, com as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), está semelhante ao norte-americano, onde o Tesouro lança os títulos e o Federal Reserve compra, como qualquer participante do mercado.